

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA
COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA SUL
RIOGRANDENSE LTDA:
UM ESTUDO DE CASO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Stèle Bicca da Silva Carlesso

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA SUL
RIOGRANDENSE LTDA:
UM ESTUDO DE CASO**

por

Stèle Bicca da Silva Carlesso

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientador: Prof. Antonio Reske Filho

Santa Maria, RS, Brasil
2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

O Orientador, abaixo assinado,
Aprova o Trabalho de Conclusão

**IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA COOPERATIVA
AGRICOLA MISTA SUL RIOGRANDENSE LTDA: UM ESTUDO
DE CASO**

elaborado por
Stèle Bicca da Silva Carlesso

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador:

Prof Antonio Reske Filho
(Presidente)

Santa Maria, 24 de agosto de 2006.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer a Deus, principalmente, pela oportunidade da vida; por ser onipotente, capaz de colocar obstáculos em nosso caminho com o único objetivo de nos engrandecer.

Em especial gostaria de agradecer aos meus familiares, amigos e as pessoas queridas pelas palavras de motivação, pela paciência para comigo, e pelo carinho e compreensão que me dedicaram; não só no decorrer desses quatro meses, mas durante todo o tempo que estiveram comigo. Também por entender meus vários momentos de ausência sem ao menos me exigir nada, respeitando, alegrando-se com cada conquista, orgulhando-se de minhas vitórias.

Também quero agradecer ao Professor Antonio Reske Filho, pelo profissionalismo, pela dedicação e colaboração demonstradas no decorrer deste semestre. Agradeço também aos professores do curso de Ciências Contábeis pelos ensinamentos transmitidos ao longo do curso.

Também não poderia esquecer de mencionar a Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense LTDA por permitir a realização deste trabalho, engrandecendo-me pela oportunidade da pesquisa e estudo

Meu agradecimento àqueles que acreditaram na minha capacidade e investiram em mim. Obrigado a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para execução do meu trabalho, com idéias, com gestos, com palavras e com sorrisos.

EPÍGRAFE

O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele, destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto.

(Thomas Huxley)

RESUMO

Trabalho de Conclusão
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA COOPERATIVA AGRICOLA MISTA SUL RIOGRANDENSE LTDA - UM ESTUDO DE CASO

AUTOR: STÈLE BICCA DA SILVA CARLESSO

ORIENTADOR: ANTONIO RESKE FILHO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de agosto de 2006.

Na busca de diferencial competitivo é crescente o número de empresas que vêm investindo em meios que ofereçam informações estratégicas a fim de possibilitar aos gestores tomadas de decisões mais seguras e de forma proativa. O desenvolvimento deste trabalho objetiva demonstrar uma sistemática que possibilite a inserção, de forma gradual e bem estruturada, de um sistema de informação gerencial de controle interno para a cooperativa agrícola mista sul riograndense, visando minimizar o risco de perda para os associados, e também almejando o sucesso nos sucessivos negócios. O que caracteriza a pesquisa é o estudo de caso, com utilização de fontes múltiplas. Os dados foram obtidos na CAMSUL através de fonte primária para ajudar no diagnóstico e tratamento do problema. A análise dos dados foi predominantemente, a análise qualitativa do caso estudado. Utilizou-se, para tanto, a análise de conteúdo e a análise documental. A fundamentação teórica discute o sistema de informação gerencial como um elemento estratégico para controle. Nesse sentido, são apresentadas as ferramentas de auxílio para a estruturação de um sistema de controle interno. A análise de resultados tentará mostrar que a estruturação do sistema de informação gerencial de controle interno minimiza o risco de perda econômica, bem como proporciona mais segurança aos associados. Com base neste estudo e na prática, estabeleceu-se um modelo, descrito detalhadamente neste trabalho.

Palavras-chave: controle interno, sistema de informação, cooperativas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Associação Cooperativa Internacional

ART. – Artigo

Av. – Avenida

CAMSUL – Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense LTDA

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CEP – Código de endereçamento Postal

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

ETC – Etcetera

EX. – Exemplo

FEPAN – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

KM – Quilometro

LTDA – Limitada

OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

OCERGS – Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul

Prof. – Professor

RS – Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	59
ANEXO 1 –SISTEMA FINANCEIRO/GERENCIAL	62
ANEXO 2 – SISTEMA CONTÁBIL.....	85
ANEXO 3 – FEPAN.....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Tema e problema	12
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.3 Relevância da pesquisa.....	13
1.4 Organização do estudo	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 Cooperativas.....	15
2.1.1 Evolução histórica do cooperativismo	15
2.1.1.1 Cooperação, cooperativa e cooperativismo	15
2.1.1.2 As origens do cooperativismo	17
2.1.1.3 Os pioneiros de rochdale.....	18
2.1.2 O cooperativismo no Brasil.....	19
2.1.3 Ato cooperativo e não cooperativo	21
2.1.3.1 Ato cooperativo	21
2.1.3.2 Ato não cooperativo.....	21
2.1.4 Caracterização de cooperativas	22
2.1.4.1 Definição de cooperativas segundo as leis brasileiras	22
2.1.5 Os princípios da cooperativa	23
2.1.5.1 Adesão livre e voluntária	24
2.1.5.2 Gestão democrática pelos sócios.....	24
2.1.5.3 Participação econômica do sócio	24
2.1.5.4 Autonomia e independência	25
2.1.5.5 Educação, treinamento e informação	25
2.1.5.6 Intercooperação	25
2.1.5.7 Interesse pela comunidade	26
2.1.6 Tipos de cooperativas	27

	10
2.1.7 Estrutura organizacional das cooperativas.....	30
2.2 Controles internos	31
2.2.1 Conceituação e características do controle interno	31
2.2.2 A importância do controle interno.....	32
2.2.3 Princípios do controle interno	33
2.2.3.1 Responsabilidade	33
2.2.3.2 Rotinas internas	34
2.2.3.3 Acesso aos ativos	34
2.2.3.4 Segregação de funções.....	35
2.2.3.5 Confronto dos ativos com os registros	35
2.2.3.6 Amarrações do sistema.....	35
2.2.3.7 Auditoria interna	36
2.2.3.8 Custos do controle X benefícios.....	36
2.2.3.9 Limitações do controle interno.....	36
2.2.4 Atribuições do controle interno	37
2.2.5 Área de atuação do controle interno	37
2.2.6 Definições e componentes	37
2.2.7 Controles internos contábeis	38
2.2.8 Controles internos administrativos	38
2.2.9 Controles internos gerenciais	38
3 METODOLOGIA	39
3.1 Delineamento da pesquisa	39
3.2 População.....	40
3.3 Coleta de dados	40
3.4 Limitação da pesquisa.....	41
4 DESENVOLVIMENTO.....	42
4.1 Descrição dos dados encontrados na cooperativa.....	42
4.1.1 História	42
4.1.2 Da informatização	44
4.1.3 Da contabilidade.....	44
4.1.4 Do controle interno	45
4.1.5 Dos fornecedores	45
4.1.6 Dos estoques	46

	11
4.1.7 Das contas a pagar	47
4.1.8 Das vendas	47
4.1.9 Das contas a receber	47
4.1.10 Do controle das disponibilidades	48
4.2 Propostas de um sistema de controle interno.....	49
4.2.1 Controle interno proposto	49
4.2.1.1 Da informatização.....	50
4.2.1.2 Da contabilidade.....	50
4.2.1.3 Dos fornecedores	50
4.2.1.4 Dos estoques	50
4.2.1.5 Das contas a pagar	51
4.2.1.6 Das vendas	51
4.2.1.7 Das contas a receber	51
4.2.1.8 Do controle das disponibilidades	52
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	53
5.1 Conclusões	53
5.1.1 Conclusões segundo o objetivo geral.....	53
5.1.2 Conclusões segundo os objetivos específicos	54
5.2 Recomendações	54
6 REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE.....	58
ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo contempla o tema e o problema da pesquisa, bem como os objetivos do presente estudo. Também será evidenciada a organização e a estrutura do presente trabalho.

1.1 Tema e problema

Esse estudo de caso tem como tema a importância do Controle Interno nas entidades cooperativas, o qual se desenvolveu como uma pesquisa localizada na Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense LTDA – CAMSUL - na cidade de Santa Maria / RS.

A existência do controle e o conhecimento das atividades desenvolvidas em uma cooperativa são dados que se interpõem como óbices para a consecução dos objetivos propostos quando da criação da mesma e que, em última análise, é a finalidade principal.

Assim sendo, torna-se necessário a criação de um processo que venha a atender o que se busca, como: conhecimento de produtos, diferenciação entre eles, manejo e controle dos mesmos, quantidade necessária para seu bom desempenho, custos – que é um item de suma importância, áreas de financiamento, sistemas operacional e administrativo. Para efetivarmos este saber, se faz necessário a aplicação de um controle interno que seja, em primeira instância à empresa, além de se adaptar ao tipo de atividade desenvolvida e ser efetivamente eficiente.

Diante desta problemática, o questionamento se resume em saber se é possível a implantação de um controle interno em uma cooperativa.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é demonstrar a importância do Controle Interno dentro da entidade cooperativa – CAMSUL -, bem como prever os benefícios que daí advirão devido a sua aplicabilidade operacional.

Os objetivos específicos da pesquisa consistirão em:

- a) analisar a estrutura de funcionamento dessa cooperativa; como se apresenta atualmente;
- b) estudar o controle interno com seu método de aplicação;
- c) criar um modelo interno para implantação na referida Cooperativa.

1.3 Relevância da pesquisa

Quando da constituição de uma empresa, seja qual for a forma, sempre existirá um objetivo seja de ordem financeira, social ou até mesmo de satisfação pessoal. Para que tais objetivos sejam alcançados é necessário que se faça a implementação de normas e regras que virão ajudar no desenvolvimento e na consecução do trabalho.

Na tentativa de atingir o objetivo proposto muitas vezes é esquecido de se fazer uma análise a fim de verificar se após tal concretização a mesma encontra-se dentro do que fora estabelecido; se atende às leis, normas, regras (legais e necessárias) para que o objetivo fique preservado em sua plenitude.

Neste momento, é detectada a necessidade de se fazer um controle com a finalidade de verificar se o que foi feito está de acordo com o objetivo proposto, além de dar a certeza de se estar procedendo de maneira correta e legal.

Uma maior dificuldade se apresenta quando esse procedimento é aplicado em cooperativas, criadas normalmente com o objetivo de dar apoio a seus associados e verificar se as mesmas não estão se desviando de suas finalidades.

Com a implantação de um controle interno, o gerenciamento é alinhado diretamente, através da aplicação de normas, regras e acompanhamento legal para todas as questões que se apresentam no âmbito fiscal, financeiro e operacional.

Com o presente estudo de caso, pretende-se verificar a necessidade da aplicabilidade do controle interno na Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense LTDA – CAMSUL –, pois é através dele que serão estabelecidos modos de controles eficazes e objetivos, fornecendo aos seus associados um retorno da situação administrativa, bem como do atingimento das metas e objetivos propostos quando da sua constituição.

O controle interno dentro de uma cooperativa só trará benefícios pois organiza a rotina administrativa da empresa, evitando que ocorram erros, desperdícios, fraudes e roubos.

1.4 Organização do estudo

Para um melhor entendimento do problema da pesquisa e dos objetivos propostos, dividiu-se o trabalho em cinco tópicos.

No primeiro, apresenta-se a introdução subdividida em tema e problema; objetivos, o que se subdivide em geral e específico; a relevância da pesquisa e a organização do estudo.

No segundo tópico é feita a revisão bibliográfica, que serve como base teórica para o referido estudo, dando noções básicas do assunto abordado.

Na terceira parte, descreve-se os procedimentos metodológicos, onde se aborda a forma na qual o estudo será desenvolvido.

O quarto item é reservado ao levantamento dos dados encontrados na cooperativa, objeto da pesquisa, bem como para a elaboração de um sistema de controle interno para a mesma.

No último tópico serão apresentadas as conclusões e recomendações deste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esse capítulo contempla, a revisão de literatura no que tange a cooperativas, a evolução histórica do cooperativismo, o cooperativismo no Brasil, bem como os atos cooperativos e não cooperativos, e controles internos aplicados as demais entidades.

2.1 Cooperativas

Conforme a Lei 5.764/71 (1971), cooperativa é uma organização constituída para prestar auxílio sócio-econômico aos seus associados que, voluntariamente, a compõem e dela participam pela formação de uma organização democrática ativamente. Ou seja, baseia a noção de cooperativa em valores de ajuda mútua, solidária, democrática e participativa.

2.1.1 Evolução histórica do cooperativismo

Este tópico sintetiza a diferença e integração existente entre cooperação, cooperativa e cooperativismo, bem como consta a evolução histórica do sistema cooperativo no mundo e, principalmente, no Brasil.

2.1.1.1 Cooperação, cooperativa e cooperativismo

É freqüente a afirmação de que existem, basicamente, duas classificações de empresas: as que visam essencialmente à obtenção do lucro e as que buscam, predominantemente, objetivos sociais.

Na primeira, há uma forma relativamente simplificada de se avaliar o desempenho das empresas e também de seus administradores em relação à consecução de seus fins lucrativos; basta, por exemplo, comparar os resultados obtidos com os recursos aplicados. Logo, quanto maior for o lucro alcançado em suas operações, melhor será a performance da empresa e também de seus dirigentes.

Em segundo lugar, torna-se muito mais difícil e complexo de avaliar o desempenho das empresas cujos objetivos predominantes são sociais. O resultado econômico-financeiro não representa a base da avaliação. Trata-se, sobretudo, de mensurar o progresso da empresa relativamente aos objetivos sociais, não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos.

Para melhor compreender a especificidade da empresa cooperativa, acredita-se ser útil uma abordagem sobre os conceitos e definições de cooperação, cooperativa e cooperativismo.

Pereira (1993, p.5) diz que a noção de cooperação deriva:

[...] do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* = operar juntamente com alguém. Significa trabalhar junto, trabalhar em conjunto. É uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que as pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo.

Nas definições da OCERGS (2001, p.13):

Cooperativa é a organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos aos de outras sociedades.

O conceito de cooperativismo, por sua vez, seria para Oliveira (1979, p.7):

[...] uma doutrina social que visa à renovação social, através da cooperação. No sentido de doutrina, o cooperativismo tem por objetivo a correção do social pelo econômico através de associações de fim caracterizadoras da cooperativa: econômica e social.

As cooperativas são disciplinadas através da Lei 5.764 de 16/12/71 que em seu artigo 4º, assim as define: “...são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados...”

Diante disto, pode-se definir cooperativa como um empreendimento de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de uma pessoa jurídica pertencente a todos e democraticamente administrada.

2.1.1.2 As origens do cooperativismo

Segundo a OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, (1996), a cooperação sempre existiu nas sociedades humanas, desde as eras mais remotas, estando sempre associada às lutas pela sobrevivência, as crises econômicas, políticas e sociais, bem como as mudanças. Os melhores exemplos de cooperação estariam associados à organização social dos antigos povos, tais como os babilônicos, os gregos, os chineses, e os astecas.

Entre os babilônicos, nos primórdios da civilização, havia certa forma de arrendamento de terras para exploração em comum; os gregos e romanos conheciam sociedades de auxílio mútuos para enterro e seguros. Chega-se mesmo a afirmar que os primeiros cristãos esboçaram os rudimentos das cooperativas de consumo ao escolher um grupo de pessoas encarregadas do provisionamento de gêneros alimentícios destinados ao consumo comum.

O cooperativismo teve um grande impulso na Inglaterra, com a Revolução Industrial, quando ocorreram lutas entre os trabalhadores, por ocasião de grandes convulsões sociais e políticas. Com o aparecimento de tantos movimentos, doutrinas e teorias aparentemente chamados a alterar o mundo dessa época em pouco tempo, surgiram as primeiras manifestações, reais e positivas do cooperativismo, com a fundação da sociedade dos pioneiros de Rochdale a vinte e um de dezembro de 1844, data esta considerada como marco fundamental do cooperativismo no mundo.

Para Pereira (1993) “O cooperativismo nasceu da crise social gerada pelo capitalismo, não da ideologia capitalista, sendo que as idéias cooperativistas inspiram-se na corrente liberal”.

2.1.1.3 Os pioneiros de Rochdale

Mesquita (1998) diz que a iniciativa dos tecelões de Rochdale teve conseqüências prodigiosas na evolução dos fatos sócio-econômicos. A importância adquirida pelo sistema cooperativo em todo o mundo confirmou-se no Congresso da aliança Cooperativa Internacional.

O que se fizera até então não passara de tentativas e ensaios, quase sempre frustrados, porque faltavam na prática métodos seguros de organização e de funcionamento.

Em vinte e um de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, pequena cidade da Inglaterra, vinte e sete tecelões e uma tecelã fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano.

Tendo o homem, e não o lucro, como principal finalidade, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças – que trabalhavam até 16h – e do desemprego crescente advindo da revolução industrial.

Naquele momento a constituição de uma pequena cooperativa de consumo no então chamado “Beco do Sapo” (*Toad Lane*), estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. A cooperativa organizada de admirável capacidade de sobrevivência, não como de um caso feliz, mas sim em virtude da justeza de seus princípios e dos métodos administrativos nela empregados.

Este pequeno armazém cooperativo, por eliminar o lucro do comerciante, permitiu que os operários adquirissem mercadorias a preços mais reduzidos e permitiu ainda criar um capital social para outras realizações.

Para isso tiveram que estabelecer uma série de regras, por exemplo, o que cada um deveria dar para construir o fundo da sociedade, quem

administraria a empresa, a que preço deveria ser vendido as mercadorias, se alguém teria direito de retirar o dinheiro quando saísse da sociedade, qual o destino das sobras, etc. Anotaram as regras em um papel, sendo assim criado o estatuto da Cooperativa.

Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mas logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras e cerca de dez anos mais tarde o “Armazém de Rochdale” já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa transformou as experiências dos pioneiros de Rochdale em símbolo, e os princípios elaborados pelos vinte e oito tecelões no ano de 1844 são, na grande maioria, até os dias atuais seguidos em todos tipos de cooperativas.

O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos.

2.1.2 O cooperativismo no Brasil

Segundo Polônio (2004, p. 29), o cooperativismo surgiu no Brasil, apenas no final do século XIX. A principal causa de interesse por este novo tipo de sociedade foi a situação sócio-econômica criada com a abolição da escravidão. Parece, no entanto, que a conjuntura econômica brasileira da época, cuja evolução se deve a vários fatores, tais como o processo de industrialização, o aparecimento de imigrantes, de forma significativa, nas atividades econômicas, criaram condições favoráveis para a organização das primeiras cooperativas.

A difusão das idéias cooperativas no Brasil reflete as duas principais tendências que marcaram a evolução do pensamento cooperativo europeu. As primeiras cooperativas brasileiras foram concentradas, na sua maioria, em consumo e crédito. A primeira cooperativa, no Brasil, surgiu no ano de 1891 na cidade de Limeira, estado de São Paulo, e denominava-se Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.

A partir desta surgiram muitas outras. As de consumo surgiram, na maioria das vezes, para atender não só os funcionários de empresas, como também os servidores públicos; as de crédito, principalmente para o setor rural e os bancos populares.

No entanto, somente a partir do ano de 1902 é que se inicia um movimento mais genuíno do tipo Raiffeisen, através de Caixas Rurais, surgidas no Rio Grande do Sul, tendo como grande colaborador o padre suíço Theodoro Amstadt, que trabalhou entre os colonos alemães.

As cooperativas agrícolas se desenvolveram mais tarde, destacando-se entre elas as cooperativas vinícolas, as tritícolas, as madeireiras, as de laticínios, etc.

A crise de 1929 atingiu como grande vítima a cafeicultura, que conseguiu encontrar no cooperativismo as condições de defesa, tanto no mercado interno, como no internacional, de onde convergiam seus problemas mais relevantes. Foi a partir desta época que as cooperativas agrícolas tomaram grande impulso no Brasil.

Os grandes proprietários geralmente dispunham de maior poder de influência, o que lhes permitia solucionar seus problemas satisfatoriamente, não sentindo a necessidade de unir-se com outros produtores. O mesmo não acontecia com os pequenos produtores, para quem a união era a base para melhorar as condições de vida.

O movimento cooperativista no Brasil tomou força com o advento da Lei 22.239, em 1932, que decretou o cumprimento dos fundamentos do Cooperativismo.

Durante quase 80 anos, o cooperativismo brasileiro apresenta-se marcado pelo conteúdo doutrinário rochdaleano, que desde o final do século passado chegou aqui através dos dois principais centros da irradiação da cultura ocidental: a França e a Inglaterra.

Para Oliveira, (1979), atualmente, as cooperativas tentam combinar o enfoque qualitativo de promoção da atividade humana solidária à racionalidade pragmática empresarial; em outros termos, deixam de ser apenas idealistas para se firmarem na economia de mercado como cooperados-empresários.

2.1.3 Ato cooperativo e não cooperativo

Este tópico contempla o ato cooperativo e o ato não cooperativo.

2.1.3.1 Ato cooperativo

Na elaboração dos estatutos da cooperativa é de extrema importância que se atente para uma perfeita definição das atividades que serão consideradas como atos cooperativos com relação ao seu objeto social, pois estes influenciarão diretamente na tributação da sociedade cooperativa.

O art. 79 da Lei 5.764/71 cita que:

Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para consecução de seus objetivos sociais.
...não implica operação de mercância nem contrato de compra e venda de produtos ou mercadorias.

Significando então, a presença do cooperado em um dos pólos do ciclo “negócio fim” realizado entre o associado e a sociedade cooperativa.

Ex.: Prestação de serviço a cooperado.

2.1.3.2 Ato não cooperativo

É quando se tem a ausência do cooperado de forma direta, ou seja, ele não está em nenhum pólo do ciclo “negócio fim”, bem como quando a cooperativa realiza transações com não cooperados utilizando ativos próprios.

Neste caso, a sociedade cooperativa obedecerá à legislação tributária aplicada às demais empresas sobre os resultados positivos das operações e atividades estranhas à sua finalidade.

Ex.: Prestação de serviço à terceiros.

2.1.4 Caracterização de cooperativas

Este tópico contempla da definição e os fundamentos legais do sistema cooperativista no Brasil.

2.1.4.1 Definição de cooperativas, segundo as leis brasileiras

A livre adesão, a singularidade do voto e a distribuição das sobras, conforme as operações realizadas pelo cooperado, bem demonstram a cooperativa como pessoa jurídica com forma e natureza jurídica própria, distinta das sociedades civis e comerciais. De fato, nessas duas últimas, o voto e a distribuição dos lucros, são feitos de forma proporcional ao capital investido, e em se tratando de sociedade de pessoas, somente com a concordância dos sócios pode haver o ingresso de outros.

As cooperativas foram assim definidas, conforme a Lei: 5.764/71:

LEI 5.764/71, Art. 4º - as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituída para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I- adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II- variabilidade do capital social, representado por quotas partes;
- III- limitação do número de quotas-partes do capital de cada associado, facultando, porém o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV- inacessibilidade das quotas-partes do capital de terceiros, estranhos a sociedade;
- V- singularidade no voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exercem atividades de crédito, optar pelo critério de proporcionalidade;
- VI- quorum de funcionamento e deliberação da Assembléia Geral, baseado no número de associados e não no capital;
- VII- retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado salvo deliberação em contrário em assembléia Geral;
- VIII- indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social;

- IX- neutralidade política e discriminação religiosa, racial e política;
- X- prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI- área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços.

2.1.5 Os princípios da cooperativa

Para Bialoskorski Neto (apud Arrigoni 2000), a Doutrina Cooperativista é humanista, atribui ao homem importância fundamental, bem como a seus interesses e aspirações. No cooperativismo o homem é o centro de tudo. A doutrina prima pela liberdade, principalmente a econômica, mas não se abstém da liberdade social e democrática. A igualdade é princípio básico do cooperativismo, pois não existem distinções de nenhuma espécie. No cooperativismo todos devem ser solidários, portanto a solidariedade está incorporada à doutrina, bem como à racionalização de todas as ações do cooperado.

Segundo a OCERGS (2001), as normas encontradas no estatuto da cooperativa de Rochdale foram analisadas e debatidas em dois congressos internacionais promovidos pela ACI – Associação Cooperativa Internacional em 1937, no 15º Congresso da ACI, realizado em Paris, onde foi aprovada a atualização dos princípios cooperativistas, divididos em duas categorias, da seguinte forma:

Princípios essenciais como condição de adesão à ACI: adesão aberta; controle ou gestão democrática; distribuição de sobras (ou excedentes) *pro-rata*, das transações e juros limitados ao capital; métodos Essenciais de ação e organização: neutralidade política e religiosa; compras e vendas a vista e promoção da educação.

No Congresso da ACI de 1966, em Viena, os princípios cooperativistas foram aprovados com a seguinte redação: Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); gestão democrática; distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados *pro-rata* das operações; taxa limitada de juros ao capital social; constituição de um fundo para educação dos cooperados e do

público em geral; ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Adotados oficialmente e universalmente como “princípios cooperativistas”, e posteriormente, em 1995 na Conferência Centenária desta mesma ACI, realizada em Manchester na Inglaterra, foram aprovados os novos “princípios básicos do cooperativismo” que nortearão o movimento em todos os países. Foram eles:

2.1.5.1 Adesão livre e voluntária

Cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero social, político ou religioso. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria, ou seja, cumprir as normas estatutárias.

2.1.5.2 Gestão democrática pelos sócios

As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios. Os cooperados, reunidos em assembleia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Nas cooperativas primárias, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto, não importando a quantia de cotas). As cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.

2.1.5.3 Participação econômica do sócio

Os associados contribuem eqüitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Eles usualmente recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito, como uma

condição da sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; benefícios aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos associados.

2.1.5.4 Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas de auto-ajuda, controladas por seus membros (sócios), que são os donos do negócio. Se elas entram em acordo com outras organizações, incluindo governamentais ou recebem capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus associados e mantenham sua autonomia.

2.1.5.5 Educação, treinamento e informação

As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários. Assim, eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Atuam na formação do público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

2.1.5.6 Intercooperação

É muito importante que o movimento cooperativista esteja unido para enfrentar a concorrência e atingir suas metas tendo em vista o bem comum. Aqui vale o princípio “a união faz a força”. Neste aspecto, apresenta-se um dos objetivos das cooperativas centrais ou federações e das organizações com fatores de integração global do Sistema Cooperativista.

2.1.5.7 Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos seus membros. Promovem o bem-estar de suas comunidades, com execução de programas sócio-culturais, não sendo uma mera forma de tornar produtivo o capital, mas tornar produtiva a atividade do homem, valorizando o trabalho e a participação social.

O estatuto da Aliança Cooperativa Internacional – ACI – caracteriza a sociedade cooperativa por sua dupla natureza:

- Social: enquanto é formada por pessoas que participam da sociedade;
- Econômica: enquanto busca resultados positivos, sob a ótica econômica.

A livre adesão, a singularidade do voto e a distribuição das sobras conforme as operações realizadas pelo cooperado, bem demonstram a cooperativa como pessoa jurídica com forma e natureza própria, distinta das sociedades civis e comerciais. De fato, nessas duas últimas, o voto e a distribuição dos lucros são feitos de forma proporcional ao capital investido e, em se tratando de sociedade de pessoas, somente com a concordância dos sócios poderá haver o ingresso de outros.

Uma cooperativa deve ser formada por, no mínimo, 20 pessoas que realizam atividades relacionadas diretamente a um segmento empresarial determinado no qual a organização atue.

A área máxima de atuação da Cooperativa é definida pelo número de cooperados:

- até 200 cooperados: município;
- de 200 a 500 cooperados: região;
- mais de 500 cooperados: estado.

Não é aconselhada área de atuação nacional pela dificuldade que seria de organizar-se e operar bem como de reunir todos os cooperados nas

Assembléias Gerais. Há a possibilidade, no entanto, de possuir a cooperativa núcleos de cooperados quando estes residirem ou atuarem há mais de 50 Km da sede.

2.1.6 Tipos de cooperativas

O presente tópico contempla a classificação das cooperativas quanto a forma legal e o ramo de atividade.

A classificação quanto a forma legal, também chamada de classificação vertical, nos apresenta uma certa hierarquia presente na constituição das sociedades cooperativas, objetivando de modo geral uma organização com melhores condições de competitividade, para buscar benefícios aos associados.

Classificação das cooperativas no Brasil quanto a forma legal, segundo Wisniewski (2004, p.45) seria a seguinte:

- 1) *Cooperativas singulares ou de 1º grau* são aquelas constituídas pelo número de no mínimo 20 associados, pessoas físicas, podendo, excepcionalmente, serem admitidas pessoas jurídicas, cujas atividades sejam correlatas às dos associados. Também podem ser admitidas as entidades sem fins lucrativos. Existem corrente ideológica entendendo que o novo Código Civil permite outro número de sócios. Entretanto, vale lembrar que a Lei Especial exige 20 pessoas físicas e, conforme o próprio NCCB, seus conceitos são aplicados de forma subsidiária à lei especial. Isto é assunto para a área jurídica, razão pela qual não aprofundaremos o debate. Como auditor, entendemos recomendável observar a Lei n. 5.764/71, para evitar questionamentos judiciais.
- 2) *Central ou federação de cooperativas*: Três ou mais singulares poderão formar uma, cujo objetivo maior é a organização em comum e em maior escala, os serviços econômicos e ASSISTÊNCIA DE INTERESSES DAS FILIADAS, integrando e orientando suas atividades. São de 2º grau.
- 3) *Confederações, cooperativas de 3º grau*, são formadas por três ou mais centrais ou federações de cooperativas.

Têm-se também a classificação das cooperativas no Brasil quanto o seu ramo de atividade de atuação da cooperativa será definido pelos interesses comuns dos seus associados. A principal finalidade da cooperativa, independente do ramo, é eliminar o intermediário visando maximizar as vantagens dos associados.

Sendo o SESCOOP, os ramos de atividades em que estão atualmente classificadas as cooperativas brasileiras são as seguintes:

- De consumo: tem por objetivo, efetuar compras em comum, para o fornecimento aos associados, atendendo assim suas necessidades (ex: supermercados e farmácias). Hoje em dia este ramo de cooperativas está se extinguindo, uma vez que não está recebendo incentivos do governo.

- Agropecuárias: tem por objetivo eliminar os intermediários da produção agrícola, valorizando o trabalho do produtor, tendo assim um melhor retorno do seu investimento. Criou-se, nessa forma, uma seção exclusiva para o produto, com concessão de isenções fiscais e estímulos materiais. As cooperativas agropecuárias se dividem conforme os tipos de produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados). Prestam um enorme leque de serviços – desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

- De crédito: são restritas aos cooperados para atendimento de suas atividades financeiras, suprimindo suas necessidades econômicas ou empreendimentos: onde seus cooperados podem fazer aplicações financeiras, bem como pegar crédito para financiar suas despesas.

- De saúde: este ramo de cooperativas concentra-se no bem estar humano, juntando em um mesmo ramo as cooperativas de trabalho e cooperativas de consumo, pois reúne os profissionais e usuários da área da saúde. Tendo uma participação social importante, pois tem por objetivo a preservação e promoção da saúde humana.

- De Infra-Estrutura: é constituído por cooperativas que têm por objetivo prestar coletivamente um determinado serviço ao quadro social, aqui no Brasil a mais

conhecida é a de eletrificação rural que tem como objetivo o fornecimento de serviços de energia elétrica ou de sua própria energia e repassa para a comunidade.

- Educacional: é composta por cooperativas de pais e atividades afins, e de cooperativas de professores; estas cooperativas são mantenedoras de uma escola, cujos alunos são filhos de cooperados.

- Habitacional: é aquela que reúne pessoas que necessitam de moradia; seus serviços consistem em aquisição de terrenos bem como a construção de casas ou prédios residenciais.

- De produção: é composta de cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, onde reúne pessoas dispostas a serem as donas dos próprios meios de produção, ou seja, por operários ou trabalhadores que são donos de sua fábrica e dividem entre si o resultado da comercialização que produziram, conforme o que cada um trabalhou para produzir.

- Especial ou Social: é um conjunto de cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo, pois apesar das suas dificuldades, essas pessoas conservam a sua capacidade de produção.

- De Trabalho: é aquela em que no setor informal observamos a expansão das cooperativas de trabalho; estas reúnem trabalhadores onde os seus serviços consistem em conseguir clientes ou serviços para estes cooperados, fornecer capacitação e treinamento técnico entre outros.

- Mineral: têm por finalidade, pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, exportar e importar produtos minerais. As cooperativas de

garimpeiros além de cuidar das atividades específicas, cuidam geralmente da parte da saúde, alimentação, educação.

- Turismo e Lazer: são cooperativas que têm por finalidade organizar as comunidades para disponibilizarem o potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhe toda ordem de serviços.

- Transporte: é composta por cooperados do setor de cargas e passageiros. Antes, pertencia ao ramo das cooperativas do trabalho, mas pelas necessidades de problemas específicos, obtiveram a sua aprovação em 2002, a criação de um ramo próprio.

2.1.7 Estrutura organizacional das cooperativas

Este tópico sintetiza os fundamentos estruturais de uma cooperativa, baseado na Lei 5.764/71, e seus artigos de 38 à 56, onde são estabelecidos os órgãos de administração da mesma. A Lei 5.764/71, em seus artigos de 38 a 56, estabelece os órgãos de administração como:

- Assembléia Geral dos associados: conforme artigo 38 da lei em questão, é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais, tendo poderes para decidir os negócios relativos à sociedade e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa da mesma, traçar objetivos e metas para que a cooperativa possa prosperar e evoluir. Suas deliberações vinculam todos, ainda que ausentes ou discordantes.

- Conselho de Administração: formado exclusivamente por membros associados da cooperativa eleitos em assembléia geral, segundo os artigos 47 a 55 da Lei 5.764/71. Possui como função interpretar e pôr em prática as decisões da Assembléia Geral, formular, planejar e traçar normas para as operações e serviços, bem como controlar os resultados da cooperativa. Estas são as principais atribuições do Conselho e Administração que deve organizar a cooperativa em unidades, departamentos, divisões e seções.

- Conselho Fiscal: formado por membros associados da cooperativa, conforme artigo 56 da Lei 5.764/71, em sua função como órgão colateral da administração, deve acompanhar a vida da cooperativa em todos os seus aspectos, vida que é razão de ser, seus próprios interesses econômico-sociais. São atribuições do conselho fiscal, contribuir com o aconselhamento e vigilância para o funcionamento regular da cooperativa, além de propor sugestões e dar opiniões a administração.

Dentro desta estrutura organizacional nota-se a necessidade de mostrar a importância do monitoramento interno visando o melhor controle e planejamento para as cooperativas.

A sociedade cooperativa apresenta algumas características que elevam a importância de se ter um controle interno eficiente para manter uma relação de confiabilidade com os associados. A cooperativa jamais poderá perder esta confiança, pois é construída por pessoas que são, ao mesmo tempo, donos e usuários que, logicamente, ao perceberem qualquer indicio de irregularidades irão se afastar ocasionando até mesmo a extinção da sociedade.

Além do associado, há a necessidade da prestação de contas aos órgãos fiscalizadores que será facilitada se a cooperativa possuir um adequado sistema de controle interno sobre todos os processos e rotinas, tanto de natureza contábil como administrativa.

2.2 Controles internos

Esse tópico traz a conceituação e características do controle interno; seus princípios; suas atribuições; sua área de atuação; sua definição e seus componentes; os controles internos contábeis, administrativos e gerenciais.

2.2.1 Conceituação e características do controle interno

A palavra “Controle” do francês *contrôle*, significa o ato ou poder de controlar, verificar, averiguar. Na França do século XVII, *rolé* era um registro

oficial em que se escreviam nomes, e *contra-rolê* um outro registro que efetuava o confronto com o original e servia para verificação dos dados.

Almeida (2003, p.63) Assim define a acepção de Controle Interno:

O Controle Interno compreende um sistema de informações de um plano organizacional e de todos os seus métodos e medidas adotadas em uma entidade com o objetivo de proteger o seu patrimônio e informar ao gestor sobre evidências de fraudes, corrupção e má administração. Controle Interno é um conjunto de recursos, métodos e processos adotados pelas próprias empresas com vista a impedir o erro, a fraude e a ineficiência.

Um sistema de controle interno é um conjunto de procedimentos coordenados aplicados, e organizados com o propósito de proteção patrimonial. Um sistema calcado, na eficiência operacional, cumprimento de normas, verificação da exatidão dos dados e informações da empresa.

Assim para Almeida (2003, p.65):

Os objetivos principais deste *Controle Interno* são:

- proteger os bens e direitos das entidades;
- estimular a obediências às normas internas da organização;
- motivar os empregados à eficiência operacional;
- conferir a qualidade e exatidão do fluxo de informações.

Cada empresa terá seus objetivos e metas a serem atingidos, devendo cada empresa montar da melhor forma possível os seus controles internos. Em se detectando falhas, altera-se os princípios de controle interno para não mais ocorrerem. Logo, no controle interno devem constar procedimentos, políticas e parâmetros de negociação, estratégias, estrutura e metodologia de organização, conceitos e atribuição de responsabilidade, procurando não deixar escapar nenhum detalhe do sistema de funcionamento e comunicação interna da empresa.

2.2.2 A importância do controle interno

Segundo Crepaldi (2004), o controle interno representa em uma organização os métodos e procedimentos cujos principais objetivos são proteger os ativos da empresa, produzir dados contábeis confiáveis, ampliar a

eficiência e assegurar uma boa aplicação das instruções da empresa; além de ajudar a administração na condução eficiente dos negócios da empresa.

Se a organização não possui um controle que garanta o fluxo contínuo de operações e informações a que se propôs, irá ficar claro a importância do controle interno. Para a verificação da importância do controle interno é necessário analisar o crescimento e a diversificação da organização.

Posto isso o controle interno se faz necessário em uma organização pelo fato de que garante que nenhum funcionário possa vir a cair em tentação em algum momento de crise financeira ou problemas pessoais, incorrendo assim em atos ilícitos.

Para o bom funcionamento da organização, as atribuições dos funcionários ou setores internos devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização. Podemos destacar as seguintes razões para definições de atribuições:

- assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;
- detectar erros de irregularidades;
- apurar responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

2.2.3 Princípios do controle interno

Nas palavras de Almeida (2003, p.64):

O Conselho de Administração da Cooperativa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de se está este sendo seguido pelos funcionários, e por sua modificação, no sentido de adaptá-lo às novas circunstâncias.

2.2.3.1 Responsabilidade

Segundo Almeida (2003, p. 64), toda cooperativa deve ter manuais para que seus funcionários saibam quais funções devem desempenhar:

As atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização.

As razões para se definirem as atribuições são:

- assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;
- detectar erros e irregularidades;
- apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

2.2.3.2 Rotinas internas

As rotinas internas devem ser claramente definidas, como por exemplo: requisições de aquisições de materiais e serviços, relatórios, cartas de comunicações, contas a pagar, etc. Para Almeida (2003, p.65):

O Conselho de Administração da Cooperativa deve definir no manual de organização todas as suas rotinas internas. As mesmas compreendem:

- formulários internos e externos;
- instruções para o preenchimento e destinações dos formulários internos e externos;
- evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (assinaturas, carimbos, etc);
- procedimentos internos dos diversos setores da empresa.

2.2.3.3 Acesso aos ativos

A limitação de acesso dos funcionários, requer um local fechado para o caixa, cofre, e se preciso revistar funcionários ou terceiros que possam sair com bens da cooperativa. Na opinião de Almeida (2003,p.66):

A cooperativa deve limitar o acesso dos funcionários a seus ativos e estabelecer controles físicos sobre esses. O acesso aos ativos da empresa representa:

- manuseio de numerário recebido antes de ser depositado em conta corrente bancária;
- emissão de cheque sozinho (única assinatura);
- manuseio de cheques assinados;
- manuseio de envelopes de dinheiro de salários;
- custódia de ativos (dinheiro em caixa, cautelas de títulos, estoques, imobilizado etc.).

Cabe destacar que o acesso aos ativos pode ser de forma direta (fisicamente) ou de forma indireta, por meio da preparação de documentos que autorizam sua movimentação.

2.2.3.4 Segregação de funções

Na concepção teórica de Almeida (2003, p.67):

A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno.

Os registros contábeis compreendem o razão geral e os registros inicial, intermediário e final. O acesso a esses registros representam as pessoas que os preparam ou manuseiam informações que servem de base para sua elaboração, em circunstâncias que lhes permitem modificar os dados desses registros.

2.2.3.5 Confronto dos ativos com os registros

Segundo Almeida (2003, p.67):

A cooperativa deve estabelecer procedimentos de forma que seus ativos, sob a responsabilidade de alguns funcionários, sejam periodicamente confrontados com os registros da contabilidade. O objetivo desse procedimento é detectar desfalques de bens ou até mesmo registro contábil inadequado de ativos.

Se a cooperativa não adota o procedimento de comparar os ativos com os registros contábeis, fica em aberto a possibilidade de o funcionário custodiante apoderar-se indevidamente do ativo sem que esse fato seja descoberto por muito tempo.

Cumprido ressaltar que esse procedimento de controle deve ser efetuado por funcionários que não têm acesso aos ativos. Esse fato é evidente, já que o funcionário custodiante poderia desviar o bem e informar à administração da cooperativa que os ativos existentes concordam com os registros contábeis.

2.2.3.6 Amarrações do sistema

Almeida (2003, p.68) postula que:

O sistema de controle interno deve ser concebido de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência. Esse fato exige uma série de providências, tais como:

- conferência independente do registro das transações contábeis;
- conferência independente dos cálculos;
- conferência da classificação contábil de todos os registros finais (ficha de lançamento ou *voucher*) por um contador experiente;

- estabelecimento de controles seqüenciais sobre as compras e vendas, de forma a assegurar que essas transações sejam contabilizadas na época devida. Deve ser centralizado o recebimento e aposta uma numeração seqüencial nas notas fiscais de aquisição dos fornecedores. A contabilidade deve exercer um controle sobre a numeração seqüencial das notas fiscais de compras e vendas, observando se elas estão sendo contabilizadas dentro do regime de competências;
- as rotinas internas de controle devem ser determinadas de modo que uma área controle a outra;

2.2.3.7 Auditoria interna

Segundo Almeida (2003, p.70):

Não adianta a cooperativa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias. Os objetivos da auditoria interna são exatamente esses, ou seja:

- verificar se as normas internas estão sendo seguidas;
- avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

2.2.3.8 Custos do controle X benefícios

Nas palavras de Almeida (2003, p.70):

O custo do controle interno não deve exceder aos benefícios que dele se espera obter. Isso quer dizer que os controles mais sofisticados (normalmente mais onerosos) devem ser estabelecidos para transações de valores relevantes, enquanto os controles menos rígidos devem ser implantados para as transações menos importantes.

2.2.3.9 Limitações do controle interno

Almeida (2003, p.70) define que:

As limitações do controle interno são principalmente com relação a:

- conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa;
- os funcionários não são adequadamente instruídos com relação às normas internas;
- funcionários negligentes na execução de suas tarefas diárias.

Devido aos pontos relatados, mesmo no caso de a cooperativa ter um excelente sistema de controle interno, o auditor externo deve executar procedimentos mínimos de auditoria.

2.2.4 Atribuições do controle interno

O Sistema de controle interno exerce suas atribuições através da Auditoria Interna e através do sistema de Informações Gerenciais. A Auditoria Interna pode ser considerada o ápice da pirâmide do sistema de controle interno, uma vez que a mesma supervisiona, normatiza, recomenda, fiscaliza e avalia o grau de confiabilidade dos controles internos da entidade, sem se confundir.

2.2.5 Área de atuação do controle interno

O Sistema de controle interno atua predominantemente nas áreas administrativas, financeiras, contábeis e de controle da entidade. Realiza, também, estudos específicos em áreas de interesse da administração, com o objetivo de identificar desvios de recursos, de função, não aplicação de regras legais, dentre outros.

O resultado e atuação de controle interno têm estreita relação com o grau de liberdade e independência que lhe é dado junto aos diversos órgãos da administração, e deve existir de uma forma transparente, trocando informações antecipando dados e sugerindo mudanças.

2.2.6 Definições e componentes

O relatório do Comitê de Organizações Patrocinadoras define os controles internos como processo operado pelo conselho de administração, pela administração, bem como outras pessoas, ele existe para que se tenha uma segurança razoável quanto à busca dos objetivos na Confiabilidade de informações financeiras, na obediência a leis e regulamentos aplicáveis, na eficácia e eficiência de operações.

2.2.7 Controles internos contábeis

Na definição de Crepaldi (2004, p.246), os controles internos contábeis são “procedimentos, métodos ou rotinas, cujos objetivos são proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis.”.Estes compreendem, segundo Crepaldi (2004, p.246):

- segregação de funções: cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;
- sistema de autorização: controla as operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos;
- sistema de registro: compreende a classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, existência de um Plano de Contas que facilita o registro e preparação das demonstrações contábeis, e a utilização de um manual descritivo para o uso das contas.

2.2.8 Controles internos administrativos

Conforme Crepaldi (2004, p.248):

Os controles administrativos compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar ênfase à política de negócios da empresa, bem como a seus registros financeiros. Compreendidos por:

- normas salutaras, que observam práticas saudáveis aos interesses da empresa no cumprimento dos deveres e funções;
- pessoal qualificado, que esteja apto a desenvolver suas atividades bem instruído e supervisionado por seus responsáveis.

2.2.9 Controles internos gerenciais

Segundo o CRC (1988, p.59):

São dispositivos pelos quais as informações são produzidas e fornecidas à administração da empresa de forma que possam ser controladas, revisadas e utilizadas.

Um sistema de informações eficaz tem a possibilidade de fornecer à administração e ao pessoal de supervisão meios de identificar erros e omissões graves nos registros contábeis.

3 METODOLOGIA

A visão bibliográfica contempla a parte teórica que embasa este estudo, tais como: conceitos, legislações, e outros conhecimentos que abrangem os objetivos inerentes criação de um modelo de controle interno para a referida cooperativa.

Esse referencial teórico exposto, é necessário para a delimitação de uma metodologia que enfoque os princípios fundamentais do controle interno e que traga como consequência um modelo ideal para a empresa estudada.

Serão apresentadas, de forma resumida, as características deste trabalho. Para Kerlinger (1980), define-se delineamento da pesquisa como “o plano e a estrutura da investigação, concebidos de forma a obtermos respostas para as perguntas da pesquisa”. A expressão delineamento, nas palavras de Bernardi (1996), focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é conceituado e colocado em uma estrutura, de forma a se tornar um guia para a exploração, coleta e análise de dados.

3.1 Delineamento da pesquisa

O método utilizado foi o da pesquisa descritiva, que Cervo e Bervian (2002, p.66), assim a definem:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. [...] A pesquisa descritiva pode assumir diversas formas entre as quais a do estudo de caso.

Quando o objetivo é buscar maiores informações sobre determinado assunto, é aconselhado que se faça uma pesquisa descritiva. segundo (Cervo e Bervian 2002).

Tendo em vista que a pesquisa descritiva pode assumir diversas formas, utilizou-se para este trabalho o estudo de caso que, segundo Silva (2003, p.63):

É um estudo que analisa um ou poucos fatos com a profundidade. A maior utilidades é de se verificar nas pesquisas exploratórias e no início de pesquisas mais complexas. [...] a preparação para realizar um estudo de caso envolve habilidades prévias do pesquisador, treinamento e preparação para o estudo de caso específico, desenvolvimento de protocolo de estudo de caso e condução de um estudo de caso piloto. A exposição deste pode ser tanto escrita como oral.

3.2 População

Barbeta (1998, p.19) define população como: “O conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são possíveis de serem observados, com respeito às características que pretende-se levantar.”

O estudo de caso, alvo desta pesquisa, compreende uma cooperativa agrícola situada em Santa Maria, Rio Grande do Sul, outrora já referida como CAMSUL – Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense Ltda.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada na sede da Cooperativa, com aplicação de uma entrevista na qual seguiu-se um questionário (Anexo 1) pré-elaborado.

Os demais procedimentos apresentados foram baseados em fundamentação teórica estudada, em pesquisa bibliográfica, e artigos com dados pertinentes ao tema e problema. Foi analisado também o sistema informação manipulado na cooperativa, constatando-se os níveis de satisfação e confiabilidade nele depositados.

Foram realizadas várias visitas à essa cooperativa visando a observação do local e a obtenção de informações relevantes ao presente estudo.

3.4 Limitação da pesquisa

A coleta dos dados foi muito ampla, uma vez que a pesquisa foi desenvolvida com o intuito de sanar todas as dúvidas e resolver todos os problemas encontrados. Porém existem algumas limitações que serão descritas:

A população é de apenas uma cooperativa, o que impossibilita dados comparatórios com outras cooperativas do mesmo ramo.

Outro fator é a coleta de dados, uma vez que a contabilidade tem receio em fornecer-los, pois teme a manipulação dessas.

E por fim, escassez de bibliografia específica sobre cooperativas limitou a pesquisa pela falta de maiores informações a respeito de controles internos desenvolvidos para cooperativas.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 Descrição dos dados encontrados na cooperativa

Este capítulo contempla um breve histórico da Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense. Bem como a descrição dos dados encontrados. A seguir, às sugestões para a implantação de um controle interno.

4.1.1 História da CAMSUL

A CAMSUL, Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense LTDA, foi fundada no dia cinco de abril de 2002, em Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas dependências do prédio na Av. João Machado Soares, 3471, sendo seu ramo agropecuário.

Desde sua constituição, a cooperativa objetiva com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, que tem em comum o desenvolvimento e a prática do uso de uma agricultura tecnicada. Promover o desenvolvimento e estimular progressivamente a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum, na compra de todo artigo necessário ao incremento de lavoura dos associados, no fornecimento de outros serviços de ordem geral, visando a redução de custos e o aumento da produtividade. Além disso, se responsabiliza pelo recebimento, estocagem, secagem, beneficiamento e comercialização dos produtos de seus associados.

Atualmente a CAMSUL conta com 3 (três) funcionários, mais os membros do conselho administrativo e fiscal, a assessoria agrônômica, constituída de um agrônomo e um técnico agrícola, e mais de mil e duzentos associados, que juntos promovem o desenvolvimento da agricultura na região.

A CAMSUL tem como missão oportunizar a integração entre os cooperados, a cooperativa e o mercado. Ao mesmo tempo, fazer com que o apoio de novas tecnologias chegue até os cooperados, a fim de que haja um estímulo através do aumento da produtividade, levando a que os produtos assim gerados apresentem, concomitantemente, alta qualidade. Esses fatores farão com que haja um aumento da rentabilidade não só para os cooperados como para a própria cooperativa, que reverterá em benefícios sociais e sobras aos cooperados.

Os objetivos da CAMSUL são os seguintes:

- 1- Por meio da colaboração recíproca entre seus associados e com o uso de recursos técnicos e de maquinário apropriado e moderno, ambicionar realizar uma agricultura altamente técnica; tendo como consequência uma melhora em todos os sentidos na vida dos cooperados;
- 2- Por intermédio do estímulo progressivo, contribuir para que seus cooperados consigam desenvolver satisfatoriamente suas atividades, inclusive as atividades econômicas de caráter comum;
- 3- Os artigos necessários à consecução da atividade a que se propõe a sociedade assim composta, e que traz um incremento na lavoura dos associados, são sempre adquiridos em comum;
- 4- Serão fornecidos também todos os serviços de ordem geral e afins, que visam a redução de custos e aumento da produtividade;
- 5- Os produtos produzidos pelos seus associados (soja, trigo, arroz), são recebidos, estocados, secos e comercializados pela cooperativa.

Aborda-se a seguir o processo da informatização da contabilidade, do controle interno existente, dos fornecedores, dos estoques, das contas a pagar, das contas a receber e das disponibilidades da cooperativas, dados estes coletados por intermédio de um questionário aplicado na cooperativa.

4.1.2 Da informatização

Para o acesso aos dados dos diversos setores da Cooperativa existem três equipamentos completos de informática. Nessas três máquinas é possível o acesso a qualquer um dos dados nelas existentes, com a necessidade de senha, a qual é a única cadastrada, deve-se salientar que não existe controle prévio sobre quem acessa os dados armazenados nos computadores.

Atualmente dois softwares são utilizados: o software financeiro/gerencial e o software de contabilidade. Esses softwares funcionam de forma integrada, ou seja, os dados são lançados através do software financeiro/gerencial que, por integração, os repassa para o software de contabilidade. Esses dois softwares são responsáveis pelos controles da cooperativa, dos quais um é responsável pela parte gerencial e fiscal, tais como emissão de notas fiscais, controles de caixas, bancos, contas a pagar e receber, estoques de grãos e insumos, enfim, todos os controles necessários para o desenvolvimento da atividade. Possui ainda, paralelamente ao sistema financeiro/gerencial, o software para a contabilidade, cujos dados são gerados automaticamente pelo sistema gerencial.

Foi observado que esses programas, financeiro e contábil, não são utilizados em sua totalidade; prova disso são os tipos de relatórios que não podem ser emitidos devido a falhas no banco de dados dos programas; ou algumas vezes por erros manuais em operar os sistemas; outro erro que ocorre comumente se relaciona a falha na integração dos softwares quando alguns dados incluídos no financeiro não são repassados, ou repassados em duplicidade para o contábil, exigindo com isso a inclusão ou exclusão de dados, nova digitação, e posterior emissão de novo relatório.

4.1.3 Da contabilidade

A contabilidade da CAMSUL é realizada através de dois processos: na sede, através dos funcionários, é efetuado o registro da movimentação de entradas e saídas de estoque, entradas e saídas de caixa e bancos, que são

devidamente registrados e encerrados diariamente. Esses registros envolvem recebimentos de notas fiscais (entradas no estoque), emissão de notas fiscais (saídas do estoque), pagamento de fornecedores, emissão de duplicatas, recebimento de clientes (cooperados e não cooperados). Toda essa movimentação é lançada através do sistema financeiro/contábil. Conferido e estando correto, é feita uma cópia que será enviada para o escritório prestador de serviço contábil, devidamente habilitado, terceirizado, que se encarrega da emissão de balancetes (mensais), balanço (anual) e demonstração das sobras e perdas.

Em entrevista com o contador responsável pelo escritório terceirizado, este afirmou que todos os livros estão em situação regular bem como o plano de contas encontra-se devidamente adequado às normas vigentes.

4.1.4 Do controle interno

Atualmente não existe na cooperativa nenhum tipo vigente de Sistema de Controle Interno, mas apenas um controle interno empírico de dados e controle interno financeiro e contábil expresso, sendo que as tarefas são realizadas à medida que surgem as necessidades, não havendo um planejamento pré-estabelecido.

4.1.5 Dos fornecedores

Os fornecedores são escolhidos pelos gestores da Cooperativa em comum acordo, dentre aquelas firmas que se enquadram às necessidades produtivas dos associados, levando-se em conta a qualidade do produto, pontualidade na entrega, idoneidade do fornecedor e das vantagens advindas, quando do pagamento antecipado das faturas, uma vez que estes descontos são repassados para os cooperados.

Existe um cadastro de fornecedores, mantido atualizado no sistema onde se encontram os dados necessários, tais como: nome do representante,

endereço, telefones, nº do CNPJ, CEP, conta corrente, época da compra, volume comprado, preço pago, relação dos produtos fornecidos. Este mesmo cadastro existe em uma ficha impressa, guardada em pasta suspensa, juntamente com a segunda via da nota fiscal recebida para uma futura consulta.

4.1.6 Dos estoques

Todos os insumos, ao serem entregues na Cooperativa, são recebidos e conferidos para verificar a concordância com a nota fiscal emitida, bem como, por se tratar muitas vezes de produtos líquidos, se não houve vazamento, o que tornaria necessária a adoção de cuidados especiais e a reposição do mesmo pelo fornecedor.

Após a conferência da nota fiscal, a mesma é lançada no sistema e passa a fazer parte integrante do estoque. Uma vez conferida, a mercadoria é armazenada em depósito especialmente construído para este fim, segundo normativas de segurança da Fundação Estadual de Produção Ambiental – FEPAN, (Anexo3), por tratar-se na maioria dos casos de produtos agrotóxicos com diferentes graus de periculosidade.

A pessoa que manipula tais produtos recebe da CAMSUL todos os equipamentos necessários para sua proteção tendo já recebido, anteriormente, cursos e noções de proteção ambiental, usos e cuidados com estes tipos de insumos.

No momento da venda do insumo ao cooperado, após seguir todos os trâmites pré-estabelecidos, quando da emissão da nota fiscal a quantidade do produto é baixado automaticamente do estoque, emitindo-se um recibo de entrega com identificação do comprador e quantidade, cabendo ao responsável pelo depósito a guarda deste documento. Mensalmente é levantado um inventário com a finalidade de verificar a real situação do estoque de insumos.

No caso dos grãos, o cooperado, após a colheita, os deposita em uma empresa terceirizada, prestadora de serviços de armazenagem e secagem de grãos. O associado deve emitir uma nota fiscal de produtor rural,

de depósito para a CAMSUL e esta, internamente, emitirá uma nota fiscal de depósito para a prestadora de serviço.

Quando da venda dos grãos, o cooperado deverá fazer uma nota de venda para a CAMSUL e esta deverá emitir uma contra-nota para o associado. A cooperativa recebe, internamente, a devolução dos grãos da empresa prestadora de serviços. Em seguida, a CAMSUL faz a respectiva venda para as beneficiadoras ou para a exportação dos grãos.

4.1.7 Das contas a pagar

As contas a pagar são controladas pelo sistema, de informação sendo impressas diariamente em um relatório em que constam valores e datas de vencimento. Os pagamentos aos fornecedores são feitos através de três formas: pagamento antecipado (no momento em que é feito o pedido); pagamento à vista (quando do recebimento do produto) ou pagamento a prazo (na data estabelecida na negociação por ocasião da compra). Esses tipos de pagamentos são efetuados por transferência bancária, em dinheiro ou em cheque devidamente autorizados pelo presidente, vice-presidente ou secretário.

4.1.8 Das vendas

No momento em que ocorre uma venda de produto é emitida uma nota fiscal, independente da modalidade de pagamento. Na venda de insumos, que exijam o receituário agrônomo, este acompanha a nota fiscal.

4.1.9 Das contas a receber

As contas a receber são controladas através de relatórios gerados diariamente. As duplicatas ficam arquivadas em fichários, dentro de um armário, juntamente com uma via do pedido e com o comprovante de entrega

da mercadoria, para que em caso de alguma dúvida este possa ser verificado no ato da sua quitação.

A maior parte dos cooperados utiliza o pagamento a prazo, com vencimentos ao final da safra, pois será nesse período que obterão recursos com a venda de sua produção.

A CAMSUL disponibiliza a seus associados três formas de pagamento: antecipado, à vista ou venda a prazo.

Pagamento antecipado: por se tratar de insumos a serem usados em lavouras, que são sazonais. A ocorrência dessa modalidade ocorre quando o associado adquire o produto com bastante antecedência. Normalmente, o associado recebe desconto e realiza o pagamento antecipado, no ato do pedido, sendo a sua entrega pontualmente, por ocasião da época de uso na lavoura.

Pagamento à vista: venda efetuada com recebimento de dinheiro ou cheque; no momento da entrega do produto.

Venda a prazo: no momento da compra pelo cliente é emitida uma duplicata em nome do associado que está efetuando a compra.

4.1.10 Do controle das disponibilidades

O caixa, uma das peças fundamentais de qualquer controle interno, possui um controle diário, que é feito através de uma escrituração diária das receitas efetivamente recebidas, dos depósitos bancários e dos saques que são efetuados.

O recebimento de clientes, feito através de cheques, são depositados. Os cheques com vencimento a *posteriori* são lançados no caixa e, após escriturados como cheques a receber, são guardados em cofre existente na cooperativa.

Os recebimentos em espécie, que são a minoria, são reservados para pequenos pagamentos. Diariamente há um relatório de caixa, para o qual é utilizado o sistema "gavetão", ou seja, várias vezes ao dia são retirados cheques e dinheiro para evitar maiores perdas caso haja assalto ou roubo.

O saldo bancário é verificado diariamente, onde é feita a conciliação do extrato com os comprovantes de depósitos, canhotos dos cheques emitidos e o relatório gerado pelo sistema.

Os cheques emitidos pela cooperativa são assinados por duas pessoas, quais sejam o presidente e o vice-presidente e na ausência de um deles, o mesmo é substituído pelo secretário.

A autorização de débitos e créditos interbancários, quando necessários, é feita (com autorização) por escrito pelo presidente, e vice-presidente e, na ausência de um desses, pelo secretário.

4.2 Propostas de um sistema de controle interno

O presente estudo demonstra a importância do sistema de controles internos e a sua possível aplicação na cooperativa CAMSUL.

Primeiramente, obedecendo ao princípio do controle interno que se refere à segregação de funções, recomenda-se que este seja aplicado a referida cooperativa, pois em alguns processos, uma única pessoa é responsável pelo ciclo completo da operação.

Propõe-se assim maior atenção na delimitação de responsabilidade atribuída aos colaboradores, delimitando apenas um por turno e que será responsabilizado pelo recebimento e guarda de numerários. Como este tipo de mercado está em constante expansão, e a tendência da CAMSUL é de crescimento, sugere-se que a mesma venha a adotar um manual de procedimentos de controles internos, a fim de padronizar suas rotinas administrativas. Assim sendo, apresentar-se-á o modelo de controle interno proposto para a cooperativa em questão.

4.2.1 Controle interno proposto

Através das visitas realizadas a CAMSUL para a coleta de dados, verificou-se a inexistência de um Sistema de Controle Interno adequado.

O objetivo maior deste trabalho, é o de propor um modelo de controle interno, que melhor se adapte as necessidades de uma cooperativa, que em tempos de recessão econômica deve estar bem amparada para concorrer com empresas do mesmo setor.

4.2.1.1 Da informatização

Devido a existência de um sistema informatizado, mas que não corresponde as necessidades de confiabilidade e segurança é propõem-se a troca do programa atualmente utilizado por um mais confiável, compatível, e ,com linguagem mais acessível, bem como que cada usuário possua senha cadastrada e delimite o seu acesso conforme a sua área de atuação.

4.2.1.2 Da contabilidade

Neste processo da contabilização, sugere-se que uma nova proposta seja colocada em prática, qual seja: que um funcionário do escritório responsável pela contabilidade, seja designado para realizar o fechamento contábil nas dependências da cooperativa, assim facilitando o acesso a informações que tenham um grau de confiabilidade maior.

4.2.1.3 Dos fornecedores

Nesta operação, nenhuma irregularidade foi constatada, pois seus critérios de escolha foram feitos de acordo com a qualidade e pontualidade dos seus fornecedores.

4.2.1.4 Dos estoques

Nos processos de estoques de insumos, deverá haver uma melhor segregação de funções, pois no tocante às compras, ao recebimento, e

armazenamento, à contagem de mercadorias, tudo isso é praticamente feito por uma única pessoa, sendo esta a responsável por grande parte do processo. Desta forma, ficando fragilizado os controles internos da cooperativa, vulneráveis a erros. Já no processo de estoque de grãos, não verificou-se nenhuma irregularidade.

4.2.1.5 Das contas a pagar

Nesta operação, nenhuma irregularidade foi constatada, pois através da verificação do relatório, que é emitido diariamente, verifica-se a existência dos títulos em aberto para o seu devido pagamento.

As operações realizadas através de cheques, são efetuadas de acordo com as normas, utilizando cópia cheque. Sendo assim, as expectativas são atingidas, tendo um controle eficiente e vantajoso.

4.2.1.6 Das vendas

No momento da venda, a pessoa responsável pela emissão da nota fiscal deverá verificar se no pedido do cliente esta discriminado o vendedor e o percentual da comissão para o mesmo, bem como a devida autorização por um superior, quando houver um elevado desconto oferecido. Sugere-se que a cooperativa, emita um boleto bancário, que seja entregue junto com a nota fiscal e as mercadorias.

4.2.1.7 Das contas a receber

Nesta operação, propõe-se que, pelo fato de existirem muitas contas em atraso (de safras passadas), seja contratada uma empresa terceirizada para a cobrança. Também se sugere que seja feita semanalmente, uma contagem física dos títulos em aberto, confrontando com o relatório do sistema, bem como contato com os clientes com títulos em atraso, inadimplentes para que se tenha uma previsão do pagamento.

4.2.1.8 Do controle das disponibilidades

Nesta operação, propõe-se que apenas um colaborador tenha acesso ao caixa, sendo este, o único responsável pela movimentação e guarda dos numerários.

No que se refere aos cheques pré-datados, como são considerados vendas à vista, deverão ser cruzados e nominais a cooperativa e no seu verso, deverá conter o nº da nota fiscal a qual se refere. Recomenda-se, ainda que seja feita uma planilha de controles dos cheques pré-datados e que deverá ser enviada ao banco, juntamente com os cheques, para custódia. Com isso, a CAMSUL diminui o risco de roubos ou perdas de numerários, o que no momento está vulnerável a ocorrer.

Ao final do dia, o responsável pelo caixa fará o seu fechamento, contabilizando o saldo final de caixa, que é de n reais. Este composto de n-1, se refere a cheques pré de clientes, n-2 de cheques, n-3 de vales e n-4 de moeda corrente.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo final, são apresentadas as principais conclusões encontradas, bem como algumas recomendações propostas, a fim de fazer com que a presente pesquisa adicione à cooperativa alguns benefícios.

5.1 Conclusões

Este tópico apresenta as conclusões da pesquisa, segundo o objetivo geral e específicos, enfatizando seus resultados.

5.1.1 Conclusões segundo o objetivo geral

O suporte da pesquisa foi baseado nos autores que embasaram o estudo técnico formando um parâmetro para o tema proposto. Após o estudo desenvolveu-se o trabalho.

Após a leitura dos livros, decidiu-se por aplicar um questionário para obter a verdadeira situação da cooperativa. Observaram-se falhas, em especial, no setor administrativo.

A partir deste ponto, desenvolveu-se o trabalho no sentido de buscar, através de um Sistema de Controle Interno, sanar as dificuldades e as falhas encontradas.

Concluiu-se que a implantação de um sistema de controle interno é necessário e inevitável se a cooperativa pretende manter o controle sobre o patrimônio e operações.

Um sistema de controle interno eficiente, propiciará à CAMSUL, uma melhora de suas operações, tanto no setor administrativo, quanto no, contábil e no de vendas, reduzindo os erros ou fraudes que por ventura aconteçam.

5.1.2 Conclusões segundo os objetivos específicos

Mesmo existindo controles internos precários, a cooperativa em questão não possui um modelo de controle interno que integre todas as suas rotinas, de forma que responsabilize as pessoas que façam parte deste processo. Neste caso, ficou visível a necessidade de melhorar o processo em questão.

O programa informatizado, apesar de apresentar falhas, no que diz respeito ao controle de estoques é muito eficiente. Assim mesmo, devem ser criadas fichas de estoques e manuais, para que se obtenha, por exemplo, a variação de saldo de entradas e saídas em estoque.

Através de conceituações de autores diferentes, foi possível definir claramente o que é um sistema de cooperativismo e como é sua estrutura, bem como o que é um sistema de controle interno, assim como seus objetivos e suas formas de funcionamento.

O controle apresentado, principalmente o da segregação de funções, ajudou significativamente a CAMSUL, principalmente em vista de apresentar custos extremamente baixos, pois este foi suprido com um conjunto de trabalho implantado no setor de estoque, e por um fluxograma de funções e informações, sendo isto inevitável para a criação de um modelo de controle interno.

A criação de um organograma de funções e informações torna-se indispensável quando se propõe a criação de um modelo de controle interno. Desta forma, foi também proposta a elaboração de um organograma de funções e atribuições.

5.2 Recomendações

Considerando-se a realização deste estudo identifica-se algumas questões que poderão ser objeto de outros processos tais como:

- Verificar se a cooperativa acatou e implantou as sugestões desta pesquisa;

- Investigar o nível de eficiência que a cooperativa passou a ter após a implantação das sugestões sugeridas;
- Averiguar se há relação entre a estrutura organizacional e a atividade do setor em que a entidade atua.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Um curso moderno e completo**. 6.ed. São Paulo:Atlas,2003.

ATTIE, William. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1987.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Obrigações das entidades sem fins lucrativos**: inclui tratamento tributário para cooperativas; condomínios; instituições de ensino superior e ONGs. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

BRASIL, Lei n.º 5.764, de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e de outras providencias**. Disponível em:<<http://www.ocb.org.br>. >Acesso em: 05/03/2005.

BECKER, Alvido. **Auditoria externa aplicada às sociedades cooperativas**: a patrimoniais, formais e sociais. São Paulo; Thomson, 2004.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **A nova empresa cooperativa**. Agroanalista. Revista de Economia Agrícola da FGV. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 48, jan 1998.

BOYNTON, Willian C., JOHNSON, Raymond N. e KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CERVO, Armando Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Mcgraw-Hill de Brasil, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. São Paulo, 2004.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO & IBRACOM. **Curso básico de auditoria**: normas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 1988.

Home page:< <http://www.ocb.org.br>.> Acesso em 04/04/2005.

Home page:< <http://www.cooperativa.com.br>> . Acesso em 15/03/2005.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MESQUITA, A.S. **Cooperativismo, cacauicultura e crise**. 1998.

OCESC. Organização das cooperativas do estado de Santa Catarina. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 2ª edição. Florianópolis, 1996.

OCERGS. **Organização das cooperativas do estado do Rio Grande do Sul**. 2004.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: AGE, 1979.

PEREIRA, Anisio Candido. **Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas Brasileiras**.1993.325f. Tese (Doutorado em contabilidade) - Universidade de São Paulo, 1993.

POLONIO.W.A. **Manual das sociedades cooperativas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 3.ed. São Paulo:Saraiva, 2001.

SESCOOP. **Manual de capacitação de conselheiros fiscais**. Primeiro módulo: bases conceituais. Brasília, 2004.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

THE COOPERATIVE LEAGUE OF THE U.S.A. **Administração Moderna de Empresas e Cooperativas**. Tradução de Auriphebo Berrance Simões. São Paulo:Atlas, 1975.

VASCONCELOS, Y. L. **Importância do Controle Interno nas Organizações x Controle de Caixa**. Disponível em:<
<http://www.auditoriainterna.com.br>>/controle_ interno. Acesso em: 25/02/2005.

WISNIEVSKI, Gilmar. **Manual de contabilidade das sociedades cooperativas**. Belo horizonte, 2004.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

- 1) A cooperativa esta informatizada no todo, ou somente em alguns setores?
- 2) O sistema de informatização é satisfatório, na opinião de seu gestor?
- 3) A cooperativa possui algum sistema de controle interno?
- 4) A cooperativa possui um fluxograma de autoridades e responsabilidades?
- 5) Há um cadastro de fornecedor?
- 6) Os estoques são controlados?
- 7) Os dados de setor de estoque são compartilhados com a contabilidade?
- 8) Há um encarregado para controlar as entradas de mercadorias?
- 9) Há um encarregado para controlar as saídas de mercadorias?
- 10) Qual o setor responsável pelo registro do livro inventário?
- 11) A contabilidade é escriturada por escritório contábil?
- 12) Existe alguma ficha de controle dos saldos de entradas e saídas de estoque?
- 13) Como são feitos os pagamentos?
- 14) Quantas pessoas assinam os cheques?
- 15) Quem assina os cheques?
- 16) Existe um responsável pelo setor de compras?
- 17) As contas a receber estão representadas por títulos?
- 18) Há um registro de títulos emitidos?
- 19) Os títulos são negociados?
- 20) Há cobradores?
- 21) É pratica normal o rodízio de funções?
- 22) É feita a conciliação bancaria periodicamente?
- 23) Qual o procedimento para cheques devolvidos?
- 24) São realizadas transações eletrônicas de pagamentos e recebimentos?

- 25) Quem autoriza débitos, créditos ou transferências bancárias?
- 26) Todas as entradas são registradas no livro de entrada?
- 27) Todas as saídas são registradas no livro de saídas?
- 28) Os estoques pertencem efetivamente a cooperativa?
- 29) Os estoques estão guardados em lugar seguro?
- 30) Os estoques estão cobertos por seguro contra roubo e incêndio?
- 31) É adotado a pratica de solicitar confirmação de saldo de cooperados?
- 32) Os pedidos de cooperados são formalizados? Como?
- 33) As vendas são todas realizadas com a devida emissão das notas fiscais?
- 34) São aprovados limites de credito?
- 35) Há relação mensal de títulos a receber em atraso?
- 36) Há relação mensal de títulos a pagar em atraso?
- 37) É feito um controle em duplicatas a receber?
- 38) É feito um controle em duplicatas a pagar?
- 39) É satisfatório o procedimento para emissão de notas fiscais?
- 40) Os preços fora da tabela são aprovados pelo gestor da cooperativa?
- 41) As contas em atraso são revisadas periodicamente?
- 42) São analisados relatórios de planejamento das necessidades de estoque?
- 43) Os canhotos, comprovantes das entregas de mercadorias, são fixados na duplicata a receber?
- 44) A duplicata a receber esta com o aceite do comprador?

ANEXOS

ANEXO 1
SISTEMA FINANCEIRO/GERENCIAL

ANEXO 2
SISTEMA CONTÁBIL

ANEXO 3
FEPAN

